

## **INICIATIVAS DE APOIO ÀS MULHERES BRASILEIRAS DURANTE A PANDEMIA – COVID19: AÇÕES DESENVOLVIDAS POR CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES.**

Luana Machado Alves (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Carla Cecília Rodrigues de Almeida  
(Orientador). E-mail: luana.machado.alvess@gmail.com

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,  
Maringá, PR

**Área e subárea do conhecimento: Ciência Política/Políticas Públicas.**

**Palavras-chave:** Pandemia; Políticas Públicas; Conselhos de Direitos da Mulher.

### **RESUMO**

O agravamento das condições sociais da população brasileira em face da pandemia atingiu, em particular, a vida das mulheres, acentuando as já existentes desigualdades de gênero no país. A Rede Brasileira de Mulheres Cientistas (RBMC) foi criada para chamar a atenção do debate público para esse quadro. Uma de suas propostas foi a sistematização e a difusão das experiências e iniciativas existentes no país para o enfrentamento desse contexto. Para tanto, foi criado um Banco de Iniciativas que tem como propósito funcionar como um reservatório para consulta e pesquisa de ações existentes no território nacional que foram desenvolvidos para reduzir o impacto da pandemia na vida das mulheres e diminuir as desigualdades de gênero. Essa proposta de pesquisa visou contribuir com esse processo, colaborando nas atividades de construção, monitoramento e de “busca ativa” de iniciativas que possam ser cadastradas nesse banco. Nessa proposta, a busca ativa teve por objetivo, em particular, pesquisar iniciativas no território nacional que foram desenvolvidas pelos conselhos gestores de políticas públicas para mulheres no âmbito da pandemia, de modo a mapear de que maneira essas instâncias agiram nesse período pandêmico na defesa dos direitos desse grupo.

### **INTRODUÇÃO**

No Brasil, devido à pandemia causada pelo vírus da COVID-19, houve um agravante das condições econômicas, sociais e psíquicas da população, em especial das mulheres, salientando as desigualdades de gênero já existentes no país (Muniz; Veneroso, 2019). Neste contexto, a vida desse grupo foi impactada diretamente em diversos aspectos. As exigências em torno do cuidado às deixaram sobrecarregadas, tendo em vista a divisão sexual do trabalho que delega às mulheres a responsabilidade pelos filhos, enfermos e idosos. No mercado de trabalho, muitas se viram obrigadas a abandonar seus empregos por conta desse cenário. No período do isolamento, também foi observado aumento de casos de violência doméstica contra as mulheres. Pesquisa realizada pelo Fórum Nacional de

Segurança pública em março de 2020 no estado de São Paulo relatou que os atendimentos no 190 (Disque Denúncia da Polícia Militar) cresceram em torno de 44% em comparação com 2019.

Essa pesquisa buscou mapear no território nacional ações desenvolvidas pelos conselhos de políticas públicas para mulheres para enfrentar tal contexto e proteger os direitos desse grupo. As iniciativas encontradas foram cadastradas no Banco de Iniciativas da RBMC, com a finalidade de servir de reservatório de consulta e pesquisa para organizações do Estado, sociedade civil e academia.

De acordo com a RBMC, consideramos “iniciativas” aquelas ações desenvolvidas por instituições políticas, por organizações da sociedade civil ou instituições privadas que busquem defender os direitos das mulheres e que contribuam para a igualdade de gênero. As iniciativas podem estar em vigência ou não, desde que possuam fontes de acesso público, como links, telefones etc. O foco das iniciativas pode ser exclusivo ou não no contexto pandêmico, contanto que minimize e combata a desigualdade de gênero e ocorra no território nacional.

## REVISÃO DE LITERATURA

Ao longo dos anos de 1980, durante o processo de redemocratização do Brasil, houve uma ampliação das formas de participação de organizações da sociedade civil na elaboração, gestão e controle das políticas públicas. A Constituição de 1988 reconheceu como princípio o direito à participação social e, assim, a partir dos anos de 1990, houve a regulamentação de um conjunto de Instituições Participativas (IPs), como os conselhos gestores. (Bezerra; Rodrigues; Romão, 2022).

Como resultado da ação dos movimentos de mulheres e dos ativismos feministas, a proteção dos direitos das mulheres entrou na agenda governamental do Estado Brasileiro, momento em que foram criadas as primeiras delegacias especializadas de combate à violência, órgãos governamentais, programas da saúde da mulher e conselhos específicos voltados às políticas para mulheres. Nos anos 2000, tivemos a realização das Conferências Públicas, os Planos Nacionais de Políticas para Mulheres, o aumento de órgãos governamentais especializados pelo território nacional e a promulgação da Lei Maria da Penha. Esse processo contribuiu de maneira importante para o adensamento das capacidades estatais necessárias à formulação e condução de políticas para mulheres no Brasil.

Em políticas públicas como da assistência social e da saúde, existe um condicionante legal para o repasse de recursos, nos quais só são feitos através da existência de conselhos. Ou seja, nessas áreas, essas instâncias são universalizadas territorialmente, sob indução federal, obtendo uma organização mais estruturada, que engloba todos os conselhos municipais e estaduais. Assim, os conselhos da saúde e da assistência social estão presentes em quase todos os municípios. (Gurza Lavallo; Barone, 2015).

A área que produz políticas públicas para as mulheres não possui na sua trajetória a mesma indução federal e, assim, há um nível mais baixo de expansão territorial dos conselhos, que estão concentrados, nessa área, nos municípios mais ricos e com IDH mais elevado (Almeida *et al.*, 2021). Porém, dados da edição de

2018 da Munic/ IBGE indicam que 23% dos municípios brasileiros contam com esse tipo de instância. (Almeida; Belançon, 2020).

Entendemos que os conselhos gestores presentes nas diversas áreas de políticas públicas no Brasil são inovações institucionais que resultaram das lutas do processo de redemocratização. Em particular, os conselhos de políticas públicas para mulheres são importantes espaços de voz política de movimentos e organizações que atuam na defesa desse grupo. Levando isso em consideração, é importante mapear a quantidade e a natureza das ações que foram desenvolvidas por essas instituições no âmbito da pandemia para reduzir seus impactos na vida das mulheres. Com o auxílio da bibliografia e com base em dados encontrados nos sites e nas redes sociais dos conselhos, o processo de busca dessas ações que contemplassem as mulheres nesse contexto de vulnerabilidade social fez-se através de entender como essas instâncias agiram durante a pandemia em seus diferentes contextos pelo país.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pesquisando os sites e redes sociais dos conselhos de mulheres, entre o período da pandemia dos anos de 2020, 2021 e 2022, encontramos o número total de 59 ações pelo território nacional que se encaixam no conceito de “iniciativa” proposto pela RBMC e que foram cadastradas no reservatório. Deste número, apenas 19 ações foram desenvolvidas por conselhos de políticas públicas para mulheres. As demais foram iniciativas divulgadas pelos conselhos, mas não desenvolvidas por eles. Os conselhos, embora não estivessem desenvolvendo iniciativas, utilizaram de seus canais de comunicação com a comunidade para compartilhar ações de outras entidades. Nas ações desenvolvidas pelos próprios conselhos, observa-se que, entre elas, há um número significativo de cartilhas, informativos e notas de orientação com temas relacionados à saúde, a formas de violência e maneiras de proteção.

Observou-se que os conselhos desenvolveram com uma grande frequência eventos e rodas de conversa *online*, ações consideradas pontuais que, embora não entrem no conceito de iniciativa do Banco da RBMC, trouxeram para o debate temas relevantes sobre as condições das mulheres no período pandêmico.

## CONCLUSÕES

A pesquisa propiciou observar como conselhos de mulheres agiram no período pandêmico. Muitos foram desativados, outros diminuíram suas atividades, produzindo uma quantidade menor de ações. Mas, ainda assim, muitos deles atuaram compartilhando experiências que desenvolvidas de outras instâncias, as quais foram cadastradas no banco de iniciativas.

A pesquisa também proporcionou encontrar importantes diferenças regionais em termos de presença e atividade dos conselhos de mulheres. A pesquisa focou, em especial, a região Sul e a Norte, as quais permitiram encontrar mais dados.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Universidade Estadual de Maringá pelo fomento através da Bolsa de Iniciação científica concedida durante o período de realização da pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. *et al.* **Inovações democráticas e força institucional: os conselhos gestores no Brasil.** Revista Debates, v. 15, n. 1, p. 64-90, 2021.

ALMEIDA, C.; BELANÇON, M. **Institucionalização de demandas feministas em Contexto de mudanças políticas.** Anais do 12º. Encontro Nacional da Associação Brasileira De Ciência Política, 2020.

BEZERRA, C. P.; RODRIGUES, M.; ROMÃO, W. Conselhos de Política Publicas no governo Bolsonaro: impactos do decreto 9.759/2019 sobre a participação da sociedade civil. *In:* TATAGIBA, L *et al.* (org.). **Participação e ativismos: entre retrocessos e resistências.** Porto Alegre: ZOUK, 2022, p. 37-64.

GURZA LAVALLE, A.; BARONE, L. S. Conselhos, associações e desigualdade. *In:* ARRETCHE, Maria (org). **Trajetórias da desigualdade: quando o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos.** São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 51-76.

MUNIZ, J. O.; VENEROSO, C. Z. **Diferenciais de Participação Laboral e Rendimento por e Gênero e Classes de Renda: uma investigação sobre o ônus da Maternidade no Brasil.** Dados Revista de Ciências Sociais, vol. 62, n.1, p. 1-38, 2019.